



PODER

Isenção do IR tem aprovação histórica

Em votação unânime, Câmara avalia benefício para quem ganha até R\$ 5 mil e taxa super-ricos. Texto segue para o Senado

» ISRAEL MEDEIROS
» VANILSON OLIVEIRA

Depois de quase sete meses de tramitação, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil foi aprovada pelo plenário da Câmara, ontem, por unanimidade: 493 votos. O texto, que também diminui a alíquota para quem recebe até R\$ 7.350 por mês, sofreu poucas alterações em relação ao relatório do deputado Arthur Lira (PP-AL), apresentado em comissão especial e avaliado em julho. A taxa de super-ricos em 10% para bancar o avanço da faixa de isenção foi mantida. A matéria segue, agora, para o Senado.

Antes de declarar o resultado, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), cumprimentou a ministra Gleisi Hoffmann, da Secretaria de Relações Institucionais, que acompanhou a votação no plenário.

"A isenção do Imposto de Renda é um avanço na justiça social do país, garantindo mais dinheiro no bolso do trabalhador que ganha até R\$ 5 mil. Não é apenas uma mudança técnica, é um alívio direto no bolso de milhões de trabalhadores e aposentados em todo o país", disse o parlamentar.

Motta, que viu a Câmara ser pressionada nas últimas semanas por ter aprovado pautas impopulares, como a PEC da Blindagem (derrubada no Senado) e a urgência da anistia, fez questão de dizer que a Casa é aliada da população.

"A Câmara dos Deputados mostra, mais uma vez, que é amiga do povo. Estamos demonstrando, com esta votação, que o Parlamento está do lado do Brasil e do lado de quem acorda cedo, enfrenta dificuldades e merece um Estado que devolva em dignidade aquilo que arrecada em impostos", pontuou.

E continuou: "Aqui, demonstramos que, quando o tema é o bem-estar das famílias brasileiras, não há lados nem divisões. É o interesse do país acima de qualquer diferença. Este é um momento importante da nossa história. Um passo firme para um Brasil mais justo, digno e

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Hugo Motta durante a sessão: "Demonstramos que, quando o tema é o bem-estar das famílias brasileiras, não há lados nem divisões"

mais equilibrado. O Brasil precisa e merece a nossa união e o nosso trabalho", destacou.

A aprovação é uma vitória política de Lira, que ensaia disputar o Senado em Alagoas em 2026, mas também é uma das maiores apostas políticas do governo Lula: visa a reeleição do petista no próximo ano.

"Esse é um assunto importante que vai tratar de um tema que atinge quase 16 milhões de brasileiros, vai fazer justiça tributária para os que menos recebem, vai corrigir um pouco da tabela com relação aos que ganham muito e pagam menos do que deveriam. E, volto a dizer: não é esse o projeto que vai

tratar da reforma da renda definitiva no Brasil, mas é um primeiro passo para corrigir uma distorção tributária e social das pessoas que menos recebem", disse Lira a jornalistas.

Antes da votação, Lira voltou a se reunir com os líderes partidários na tarde de ontem, como fez na apresentação de seu parecer na semana passada. Nessa reunião, acertou quais seriam as emendas aceitas ao texto. Ao todo, analisou 102. Embora tenha reconhecido a importância de algumas, rejeitou a maioria, por não ser possível calcular o impacto nas contas públicas. Acatou apenas quatro, com ajustes pontuais.

Entre as mudanças, estão

alterações de redação que explicam que a taxa de lucros e dividendos só se dará a partir de 2026: valores apurados até 2025, mesmo que distribuídos posteriormente, seguem isentos. O relator também acatou uma emenda que diz respeito ao Programa Universidade para Todos (ProUni). Bolsas concedidas por meio do programa por instituições particulares serão consideradas como imposto pago no cálculo de alíquota efetiva das empresas.

Outra mudança, ainda, diz respeito aos cartórios e exclui da base de cálculo da tributação mínima do IRPF os repasses obrigatórios previstos em lei. As alterações foram

combinadas com representantes do governo.

"Muitas emendas que representam setores que tratam de problemas da sociedade que teriam até possibilidade não prosperaram por não haver uma coisa simples, que é previsão de receita, previsão de despesa. Elas são inadequadas porque são impossíveis de se mensurar quanto representariam de renúncia de receita ou de despesa para o orçamento público", afirmou o relator.

Entre as emendas rejeitadas, estavam tentativas de deputados de oposição de evitar a tributação dos super-ricos — que é o que vai bancar a isenção até R\$ 5 mil



A Câmara dos Deputados mostra, mais uma vez, que é amiga do povo. Estamos demonstrando, com esta votação, que o Parlamento está do lado do Brasil"

Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara

— e jacobins dos mais diversos tipos, como uma sugestão de um deputado do PL para isentar do pagamento do Imposto de Renda todos os agentes de segurança pública. Do lado dos governistas, houve quem tentasse aumentar a taxa de super-ricos (aqueles que recebem a partir de R\$ 50 mil por mês e pagarão um imposto mínimo de 10%).

Diversas emendas propuseram a correção automática da tabela do IR pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mas Lira as rejeitou. Incluiu, no entanto, uma obrigação para que o governo federal envie, em até um ano, um texto regulamentando a correção.

"Lembramos que a própria Tabela Progressiva Mensal do tributo tem uma defasagem histórica em sua atualização, de modo que nos parece que esse tema pode vir a ser tratado em outro momento, num contexto de discussão mais amplo envolvendo uma profunda reforma da tributação da renda no Brasil", escreveu Lira em seu parecer.

Embora a pauta tivesse amplo apoio na Casa, houve resistências quanto à compensação da isenção. A oposição votou favoravelmente ao texto, apesar de ter se oposto, durante as últimas semanas, à taxa de lucros e dividendos e criticado a tributação dos super-ricos.

Defesa da democracia e aceno ao AGU

» VICTOR CORREIA

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, acenou ontem a favor de uma possível indicação do advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Durante seminário sobre democracia, onde os dois estavam presentes, Lewandowski disse que as portas da Corte estão "escancaradas" para o colega de Esplanada. A fala ocorreu em meio a uma possível aposentadoria antecipada do ministro Luís Roberto Barroso, o que abriria uma nova nomeação para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"O prestígio do nosso querido ministro Jorge Messias na nossa Suprema Corte é absolutamente excepcional. As portas estão abertas; não, estão escancaradas para o nosso querido ministro", declarou Lewandowski, que é magistrado aposentado do STF, durante o seminário Observando a Democracia: Desafios e

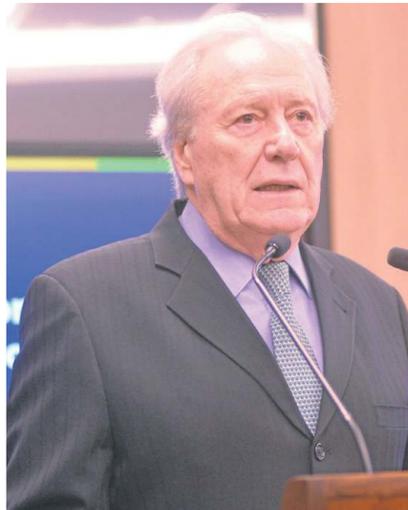
Oportunidades para o Estado de Direito na Era Digital, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A abertura do seminário contou também com a presença da ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Edilene Lôbo.

O nome de Messias circula no mundo político como um dos principais cotados para assumir a eventual vaga de Barroso. Embora não tenha confirmado sua saída, o ministro sinalizou que vai decidir sobre uma possível aposentadoria após um "retiro espiritual". A expectativa é de que a definição seja feita até novembro, porém a possível saída dele da Corte é especulada há anos.

Cotada

Barroso tem 67 anos, mas a aposentadoria compulsória dos magistrados ocorre apenas aos 75 anos de idade. A nomeação é uma prerrogativa de Lula, que já indicou, no atual mandato, os ministros Flávio Dino e Cristiano Zanin. Também é

Ed Alves CB/DA Press



O ministro Ricardo Lewandowski e o AGU, Jorge Messias, participaram de evento sobre democracia

Emanuelle Sena/AscomAGU



cotada para a vaga a presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha.

Durante o seminário, Lewandowski alertou contra o impacto de tecnologias como a inteligência artificial para as democracias e afirmou que o momento geopolítico atual é de tensão, com casos

de interferência estrangeira.

O ministro comparou o cenário com o entreguerras, entre 1918 e 1939, quando tomaram força movimentos extremistas, como o nazismo e o fascismo. "É preciso que nós observemos bem a marcha dos acontecimentos no mundo todo para que nós

possamos nos orientar internamente", enfatizou Lewandowski. Já Messias teve de se ausentar antes de sua fala.

Sem citar os Estados Unidos, Lewandowski aludiu às interferências americanas na política brasileira, citando o golpe militar de 1964. "Não é de hoje que a democracia



O prestígio do nosso querido ministro Jorge Messias na nossa Suprema Corte é absolutamente excepcional. As portas estão abertas; não, estão escancaradas para o nosso querido ministro"

Ricardo Lewandowski, ministro da Justiça

brasileira sofre os influxos da política, ou da geopolítica, internacional", disse o ministro.

Já sobre a regulamentação das tecnologias, afirmou que o Brasil precisa de ferramentas para "no mínimo, controlarmos em prol da liberdade das pessoas esses instrumentos cibernéticos".